



CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações
Contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil e IFRS.
31 de dezembro de 2017
REA 019/2018

ÍNDICE

Balanço Patrimonial	10
Demonstração do Resultado.....	12
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido.....	13
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	14
Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis	15

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e Quotistas
CONDOR SUPER CENTER LTDA.
Curitiba - PR

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Condor Super Center Ltda. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Condor Super Center Ltda. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Contas a receber

Conforme demonstrado na nota 5 – Contas a Receber, do saldo do contas a receber está representado pelo montante de R\$ 267.564.004, que é composto por recebíveis na modalidade cartões de crédito e ticket’s, clientes diversos e provisões diversas não pode ser objetivamente validado, por conta da imprecisão dos controles auxiliares que dão base aos mesmos.

A Empresa reconhece outras operações no contas a receber, relativas a acordos comerciais com fornecedores, reembolso de publicidade, devoluções diversas e

notas de créditos, os quais apresentam valores vencidos a longa data, cuja provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa - PECLD não foi constituída no montante de R\$ 28.267.907, representados pelos títulos vencidos a mais de 180 dias.

Provisão para Contingência

A Empresa não possui constituída provisão para fazer face aos processos judiciais de natureza trabalhista e cível em andamento, para os quais a probabilidade de perda foi considerada provável pela Assessoria Jurídica, estas causas representam o valor de R\$ 29.777.316. Além disso, não obtivemos resposta sobre os processos, por parte do Assessor Jurídico e ATEC Canzan, Garcia, Corrêa & Advogados Associados, que estão sob a sua responsabilidade. Tal fato pode aumentar o valor de contingências prováveis acima mencionado.

Ênfase

Ativo Imobilizado

Não foram apresentados, para o exercício de 2017, relatórios administrativos referentes ao seu ativo imobilizado que nos permitissem a realização de procedimentos de revisão anual sobre a recomposição do custo do ativo com base no valor justo, tendo em vista a possibilidade de eventual perda por *Impairment*, conforme previsto no CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Ainda, quanto ao ativo imobilizado, a Empresa não apresentou evidência da revisão anual das expectativas de vida útil de seus bens, conforme previsto no CPC 27 – Ativo Imobilizado.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Estoque

Conforme demonstrado na nota explicativa 7 – Estoque, o grupo de estoque representa 35% do total do ativo da Empresa e consideramos esta área de foco em nossa auditoria em função da relevância do saldo, a grande quantidade de produtos e elevada movimentação diária.

Inspecionamos documentos e controles relacionados a fim de atestar a exatidão dos saldos, bem como, a competência do registro .

Com base em técnicas de amostragem, realizamos o acompanhamento de inventários físicos realizados por uma empresa terceirizada, posteriormente calculamos do custo médio e análise do giro do estoque

Como resultado dos procedimentos aplicados, indentificamos base para opinião negativa sobre os estoques, uma vez que a extensão dos testes executados apontou para o correto reconhecimento e mensuração de estoques estão adequados em todos os aspectos relevantes.

Operações entre Partes
Relacionadas

Conforme demonstrado na nota explicativa 9 – Partes Relacionadas, a Empresa possui operações com partes relacionadas, em aberto em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 114.375.441 (Ativo) e R\$ 20.043.562 (Passivo), as quais fazem parte ao curso normal de seus negócios, no entanto, não há formalização por meio de contratos, tampouco, o recolhimento de IOF sobre essas operações.

Como a Empresa não possui contratos para as operações com partes relacionadas, realizamos por meio de amostragem testes documentais, que incluem a validação da existência dos valores e suas contabilizações, obtivemos entendimento sobre as operações realizadas entre as partes envolvidas.

Realizamos revisão analítica, confrontamos o saldo com o balanço das empresas envolvidas, a fim de confirmar a relevância.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Recalculamos o IOF e observamos que a Empresa não realiza o recolhimento do tributo para todas as operações, no entanto, tal fato, não reflete materialmente sobre estas demonstrações contábeis.

Consideramos que as operações estão adequadamente apresentadas nestas demonstrações contábeis.

Fornecedores

Conforme demonstrado na nota explicativa 12 – Fornecedores, a Empresa possui um saldo material de contas a pagar em 31 dezembro de 2017 e com um volume igualmente material de movimentações durante o exercício.

O formato praticado nas negociações com fornecedores gera recebíveis com os mesmos, provenientes de ações e campanhas de *Marketing* para promoção das vendas de seus produtos.

A apuração da situação líquida entre exigíveis e recebíveis de cada fornecedor, mas para fins de controle são mantidos em grupos de contas segregados, com o objetivo de liquidar o valor que resulte das operações ativas e passivas.

Alguns títulos permanecem vencidos, sem a respectiva regularização há longa data .

Obtivemos o entendimento dos controles internos relativas às operações de contas a pagar relevantes para estas Demonstrações Contábeis. Para os saldos apresentados na data base de encerramento, tendo como base no relatório financeiro disponibilizado, confrontamos o saldo contábil e analisamos a exatidão dos mesmos.

Entendemos, que, uma vez que a posição líquida do saldo de Fornecedores é dependente do saldo de contas a receber com os mesmos e que envolve diversos formatos de negociação, a Empresa não realiza seus pagamentos seguindo um cronograma normal de vencimentos e sim em lotes de pagamento em comum acordo com os fornecedores.

Observamos que os valores em cobrança pelos fornecedores há longa data e que não foram efetivamente pagos até a data de encerramento, não são materiais e que a política adotada pela Empresa

Consideramos este assunto significativo para fins de auditoria. é de manter sua posição segregados junto ao fornecedor visando manter o acordo de fornecimento para suas lojas em funcionamento.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Empresa para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da empresa e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Curitiba, 29 de março de 2018.



VALUCONCEPT AUDITORES INDEPENDENTES S/S
CVM - PR 12.475 - CRC - PR 008.722/O-5
Wesley Montechiari Figueira
Sócio - CRC- PR 038.884/O-7 - CNAI 1.222

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balanço Patrimonial
31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Ativo	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Circulante			
Caixas e equivalentes	4	134.718.751	69.366.132
Contas a receber	5	267.693.725	277.489.560
Outras contas a receber	6	8.411.460	7.953.713
Estoques	7	326.675.770	345.516.018
Tributos a recuperar	8	854.567	772.150
Despesas antecipadas		1.195.267	1.375.883
Ativo Circulante		739.549.540	702.473.456
Não Circulante			
Investimentos		62	62
Outras contas a receber	6	2.770.525	1.154.226
Partes relacionadas	9	114.375.441	92.530.840
Imobilizado	10	65.921.879	68.348.962
Intangível	11	380.842	458.048
Ativo Não Circulante		183.448.749	162.492.138
Total do Ativo		922.998.289	864.965.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Balço Patrimonial
31 de dezembro de 2017
(Em Reais)

Passivo	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Circulante			
Fornecedores	12	390.591.093	359.633.646
Empréstimos e financiamentos	13	72.358.056	113.843.932
Obrigações trabalhistas e sociais	14	38.308.184	35.851.828
Obrigações tributárias	15	99.177.258	82.815.495
Outras contas a pagar		188.883	557.822
Total Passivo Circulante		600.623.474	592.702.723
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	181.618.157	86.004.710
Obrigações tributárias	15	14.136.109	13.355.267
Outras contas a pagar		-	30.696
Partes relacionadas	9	19.424.216	48.574.724
Total Passivo Não Circulante		215.178.482	147.965.397
Patrimônio Líquido			
Capital social	16	10.000.000	10.000.000
Reservas de lucros		97.196.333	114.297.474
Total Patrimônio Líquido		107.196.333	124.297.474
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		922.998.289	864.965.594

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstração do Resultado do Exercício

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

	Nota	31.12.2017	31.12.2016
Receita Operacional Líquida	17	3.592.705.074	3.442.666.320
Custos dos produtos vendidos	18	(2.748.089.088)	(2.614.073.639)
Lucro Bruto		844.615.986	828.592.681
Receitas (Despesas) Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	19	(631.901.549)	(580.028.665)
Despesas com vendas	20	(35.562.231)	(20.223.644)
Outras receitas e (despesas)	21	41.971.224	38.020.983
Ganhos e (perdas) com venda de ativos		41.647	527.433
Total das Despesas Operacionais		(625.450.909)	(561.703.893)
Resultado Antes dos Efeitos Financeiros		219.165.077	266.888.788
Resultado líquido financeiro	22	(71.644.741)	(61.805.029)
Lucro Antes dos Impostos		147.520.336	205.083.759
Imposto de renda e contribuição social	23	(49.781.455)	(68.248.060)
Lucro Líquido do Exercício		97.738.881	136.835.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

-

	Capital Social	Reserva de Lucros	Total
Em 31 de dezembro de 2015	<u>10.000.000</u>	<u>153.461.003</u>	<u>163.461.003</u>
(-) Distribuição de lucros	-	(175.999.228)	(175.999.228)
Lucro líquido do exercício	-	136.835.699	136.835.699
Em 31 de dezembro de 2016	<u>10.000.000</u>	<u>114.297.474</u>	<u>124.297.474</u>
(-) Distribuição de lucros	-	(114.840.022)	(114.840.022)
Lucro líquido do exercício	-	97.738.881	97.738.881
Em 31 de dezembro de 2017	<u>10.000.000</u>	<u>97.196.333</u>	<u>107.196.333</u>

,

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Demonstração dos Fluxos de Caixa

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	<u>97.738.881</u>	<u>136.835.699</u>
<u>Ajustes:</u>		
Depreciação	11.660.959	10.844.961
Amortização	83.882	331.180
Distribuição de lucros aos sócios	(114.840.022)	(175.999.228)
Variação nas contas de ativos e passivos		
(Aumento) Redução em contas a receber	9.795.833	41.251.246
(Aumento) Redução em estoques	18.840.246	(95.197.506)
(Aumento) Redução em outras contas a receber	(2.074.045)	(698.447)
(Aumento) Redução em despesas a apropriar	180.615	(264.823)
(Aumento) Redução em impostos a recuperar	(82.417)	(257.678)
Aumento (Redução) em fornecedores e contas a pagar	30.957.447	44.309.497
Aumento (Redução) em obrigações trabalhistas	2.456.356	4.337.511
Aumento (Redução) em obrigações tributárias	17.142.605	5.649.468
Aumento (Redução) em outras contas a pagar	<u>(399.635)</u>	<u>(90.470)</u>
Caixa líquido nas atividades operacionais	<u>71.460.705</u>	<u>(28.948.590)</u>
Atividades de investimento		
Aquisições e baixa de ativo imobilizado	(9.233.873)	(4.287.309)
Aquisições de ativo intangível	<u>(6.675)</u>	<u>(2.245)</u>
Caixa líquido nas atividades de investimento	<u>(9.240.548)</u>	<u>(4.289.554)</u>
Atividades de financiamento		
Empréstimos e financiamentos bancários	54.127.571	(9.746.932)
Partes relacionadas	(50.995.109)	(16.998.054)
Caixa líquido nas atividades de financiamento	<u>3.132.462</u>	<u>(26.744.986)</u>
Aumento líquido nas disponibilidades	<u>65.352.619</u>	<u>(59.983.130)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	69.366.132	129.349.262
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	134.718.751	69.366.132
Variação	<u>65.352.619</u>	<u>(59.983.130)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Há 40 anos atuando no mercado, o Condor inscrito no CNPJ 76.189.406/0001-26 tem como principal característica ser uma marca regional, cuja missão é Comercializar produtos e serviços no varejo supermercadista que atendam as expectativas dos consumidores, quotistas e colaboradores.

Atualmente, o Condor ocupa o 2ª lugar no *ranking* dos maiores supermercados do Paraná, contando com 50 lojas entre super e hipermercados instaladas em 15 cidades do Estado, e 2 centros de distribuição, 1.101 *checkout* e aproximadamente 10.000 colaboradores.

O Condor é uma empresa familiar que está em grande crescimento contínuo e cada vez mais conhecido pela seu *slogan* "De mãos dadas com você."

2. RESUMO DAS POLÍTICAS, PREMISSAS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo:

2.1. BASES DE PREPARAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo CPC e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem um julgamento mais preciso e de maior complexidade, bem como as áreas nas quais estimativas são significativas para as demonstrações contábeis, estão divulgadas na nota explicativa nº 2.20.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRS e vice-versa, observando que, em geral, a adoção antecipada de revisões ou novos IFRS's não está disponível no Brasil.

2.1.1. Novos Pronunciamentos e Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes

a) Pronunciamentos contábeis aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2017

Não houve novos pronunciamentos contábeis para o período findo em 31 de dezembro de 2017 que poderiam ter impacto nas demonstrações contábeis da Empresa.

b) Pronunciamentos contábeis emitidos recentemente e aplicáveis em períodos futuros

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Contábeis e não foram adotados antecipadamente:

I - CPC 48 / IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”: Esse pronunciamento aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge.

O CPC 48 (que é a norma equivalente do IFRS 9 no Brasil) foi emitido em dezembro de 2016 e será aplicável a partir de 1º de janeiro de 2018. Esta norma requer a classificação dos ativos financeiros em três categorias: mensurados ao valor justo através do resultado (VJR), valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e mensurados ao custo amortizado.

O CPC 48 também substitui o modelo de “perdas incorridas” do CPC 38 por um modelo prospectivo de “perdas de crédito esperadas”. Isso exigirá um julgamento relevante quanto à forma como mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

A Empresa avaliará durante o exercício de 2018, os possíveis impactos sobre as demonstrações contábeis com a aplicação no referido CPC 48 e se necessário rerepresentará as demonstrações contábeis.

II - CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes”: O IFRS 15, emitido pelo IASB em maio de 2014, requer que o reconhecimento de receita seja feito de modo a retratar a transferência de bens ou serviços para o cliente por um montante que reflita a expectativa de recebimento pela Empresa em troca desses bens ou serviços. O CPC 47, o qual foi emitido em dezembro de 2016. Esta norma substituirá o CPC 30 (IAS 18) e o CPC 17 (IAS11) bem como as interpretações relacionadas (Interpretação A e B – anexos do CPC 30, e ICPC

02 e 11). O pronunciamento entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018.

O CPC 47 utiliza como método para o reconhecimento da receita uma abordagem de cinco etapas, que procura não somente identificar os contratos com clientes, mas também suas obrigações de desempenho e o preço tanto do contrato como um todo como de cada uma das obrigações de desempenho, considerando condições de mercado ou outras metodologias alternativas, se necessário. Por fim, a abordagem determina que uma entidade deve definir se a receita será reconhecida ao longo do tempo ou em um determinado momento.

A Empresa entende que a aplicação do CPC 47 / IFRS 15 – “Receita de Contrato com Clientes não trará impactos significativos nas demonstrações contábeis.

III - CPC 06 (R2) / IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil” : A norma aborda a eliminação da contabilização de arrendamento operacional para o arrendatário, apresentando um único modelo de arrendamento que consiste em: a) reconhecer os arrendamentos com prazo maior que 12 meses e de valores substanciais; b) reconhecer inicialmente o arrendamento no ativo e passivo a valor presente; e c) reconhecer a depreciação e os juros do arrendamento separadamente no resultado. Para o arrendador, a contabilização continuará segregada entre operacional e financeiro.

O IFRS 16 (cuja norma correlata no Brasil é o CPC 06 (R2)) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o IAS 17 - Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019.

A Empresa avaliará durante o exercício de 2018, a metodologia para implantação do referido CPC 06 (R2).

2.2. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Empresa.

2.3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e que estão sujeitos a um insignificativo risco de mudança

2.4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.4.1. Classificação:

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. Os ativos financeiros mantidos pela Empresa são classificados sob as seguintes categorias:

a) Ativos Financeiros

São mensurados ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

No caso da Empresa, nessa categoria estão incluídos unicamente os instrumentos financeiros não derivativos. Os saldos referentes aos ganhos ou às perdas decorrentes das operações não liquidadas são classificados no ativo ou no passivo circulante, sendo as variações no valor justo registradas, respectivamente, nas contas de Resultado Financeiro.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía Caixa e Equivalentes de Caixa nessa classificação, conforme nota explicativa nº 4.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa não possuía ativos financeiros registrados nas demonstrações contábeis sob essa classificação.

c) Empréstimos e Recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía Contas a Receber, bem como Adiantamentos e outros créditos nesta classificação, conforme notas explicativas nº 5 e 6.

d) Passivos Financeiros

A Empresa não mantém nem emite derivativos para fins especulativos, tampouco possui passivos detidos para negociação, nem designou quaisquer passivos financeiros.

e) Outros Passivos Financeiros

Os outros passivos financeiros são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía Empréstimos e Financiamentos, Fornecedores, Adiantamentos e Contratos de mútuo nessa classificação, conforme notas explicativas nº 12 e 13.

2.5. RECONHECIMENTO E MENSURAÇÃO

O reconhecimento de ativos financeiros é feito na data de negociação, na qual a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são, inicialmente, reconhecidos pelo custo histórico, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Empresa tenha transferido, significativamente todos os riscos e os benefícios da propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os demais ativos financeiros são, subsequentemente, contabilizados pelo custo histórico. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor de ativos financeiros são apresentados na demonstração do resultado em seus "Resultados Financeiros Líquidos" no período em que ocorrem.

2.6. COMPENSAÇÃO DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

A Empresa avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de perda (*impairment*) em um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros.

Ativos mensurados ao custo amortizado são revisados a cada período do relatório para avaliar se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

A Empresa avalia em primeiro lugar se existe evidência objetiva de *impairment*. Os critérios que a Empresa usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- i) Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- ii) Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- iii) Torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- iv) O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras;
- v) Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não

possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:

- Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
- Condições econômicas nacionais ou locais que correlacionam com as inadimplências sobre os ativos em carteira.

Caso haja indícios de *impairment*, o montante de perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato.

Como um expediente prático, a Empresa pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor ou realização do ativo em caixa), a reversão da perda por *impairment* reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

2.8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor de face dos títulos que os originaram não contemplando possíveis juros, correções ou multas por atraso nem dedução de provisão para crédito de liquidação duvidosa, a qual deveria ser estabelecida quando houvesse uma evidência objetiva de que a Empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante, caso contrário, são apresentadas no ativo não circulante.

A Empresa não possui política para o reconhecimento de créditos de liquidação duvidosa.

2.9. ESTOQUES

Os estoques são mensurados ao menor valor do custo médio e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzidos dos custos adicionais estimados necessários para a realização da venda.

Os produtos adquiridos são registrados pelo custo médio, incluindo os custos de armazenamento e manuseio, na medida em que tais custos são necessários para trazer os estoques na sua condição de venda nas lojas, deduzidos de bonificações recebidas de fornecedores.

Os estoques são reduzidos pela provisão para perdas e quebras, a qual é periodicamente analisada e avaliada quanto à sua adequação.

2.10. INVESTIMENTOS

Os investimentos da Empresa corresponde a aquisição de ações de incentivos fiscais da FISC adquiridas em 1992.

2.11. IMOBILIZADO

Registrado ao custo histórico de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do mesmo possa ser mensurado com segurança.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

A Empresa não estabeleceu procedimentos para avaliação do valor realizável do seu ativo imobilizado, em cumprimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos e não efetuou a revisão anual da vida útil remanescente dos ativos.

2.12. ATIVOS INTANGÍVEIS

Refere-se a softwares adquiridos separadamente, reconhecidos e mensurados inicialmente ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como finita ou indefinida, em que os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda de valor recuperável sempre que houver indicação de perda de seu valor econômico. O exercício e o método de amortização de um ativo intangível de vida finita são revistos no mínimo no encerramento de cada exercício. Mudanças na vida útil ou no padrão de consumo de benefícios futuros esperados são contabilizadas por meio da mudança no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas testados anualmente em relação a perdas de valor recuperável. A avaliação de vida indefinida é revista no encerramento de cada exercício para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para finita é efetuada de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.13. CONTAS A PAGAR A FORNECEDORES

São obrigações a pagar pela aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no exercício de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo), caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidos ao valor da fatura correspondente.

2.14. PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

2.15. EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Instrumentos financeiros compostos, os quais possuem componentes de passivo financeiro (dívida) e de patrimônio líquido, emitidos pela Empresa, compreendem títulos que podem ser convertidos em capital social à opção do titular, e o número de ações a serem emitidas não varia com as mudanças em seu valor justo.

O componente de passivo de um instrumento financeiro composto é reconhecido inicialmente a valor justo. O valor justo da parcela do passivo de um título de dívida conversível é determinado com o uso de fluxo de caixa descontado, considerando a taxa de juros de mercado para um título de dívida com características similares (período, valor, risco de crédito), porém não conversível. O componente de patrimônio líquido é reconhecido, inicialmente, pela diferença entre o valor total recebido pela Empresa com emissão do título e o valor justo do componente de passivo financeiro reconhecido. Os custos de transação diretamente atribuíveis ao título são alocados aos componentes de passivo e de patrimônio líquido proporcionalmente aos valores inicialmente reconhecidos.

Após o reconhecimento inicial, o componente de passivo de um instrumento financeiro composto é mensurado ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. O componente patrimonial de um instrumento financeiro composto não é remensurado após o seu reconhecimento inicial, exceto na conversão ou quando expirado.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.16. PARTES RELACIONADAS

Consistem na transferência de recursos, serviços ou obrigações de operações financeiras e comerciais entre componentes do mesmo grupo econômico, nas quais são observadas as condições equânimes de mercado.

Em 31 de dezembro de 2017, a Empresa possuía operações registradas nas demonstrações contábeis sob essa classificação, conforme demonstrado na nota nº 9.

2.17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Empresa nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo, quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da

apuração dos tributos correntes, em geral quando relacionado com a mesma entidade legal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

2.18. RECONHECIMENTO DA RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os critérios, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita:

a) Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, fato esse que ocorre no ato da entrega do produto vendido.

b) Prestação de serviços

A receita de prestação de serviço é reconhecida por meio das apólices de seguro de garantia estendida, intermediadora de vendas de assistência técnica e recarga de celular, as receitas auferidas são apresentadas em uma base líquida e reconhecidas ao resultado quando for provável que os benefícios econômicos fluíram e os seus valores puderam ser confiavelmente mensurados.

2.19. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos para os quotistas da Empresa é reconhecida como um passivo em suas demonstrações contábeis ao final do exercício, com base em seu contrato social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos quotistas, em Reunião Geral.

2.20. ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir.

a) Provisões para contingências

A Empresa não reconheceu a provisão para contingência referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis, conforme a avaliação dos consultores jurídicos contratados pela Empresa. O reconhecimento somente é realizado quando há condenação.

b) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Empresa é optante para o exercício de 2017 pela tributação sobre o lucro com base no sistema de Lucro Real, com alíquota de 1,65% para PIS e 7,6% para COFINS, na modalidade não cumulativa.

3.1. CONSIDERAÇÕES GERAIS E POLÍTICAS

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, os quais estabelecem limites e alocação de recursos em instituições financeiras.

Os procedimentos de tesouraria definidos pela política vigente incluem rotinas mensais de projeção e avaliação da Empresa, sobre as quais se baseiam as decisões tomadas pela Administração. A Política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração da Empresa elege as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas.

3.2. FATORES DE RISCO FINANCEIRO

A Empresa não possui uma diretoria específica para gestão de riscos, no entanto a Administração é responsável por definir a política, administrar os riscos e gerenciar os instrumentos financeiros através de sistemas de controle, os quais estabelecem limites de exposição cambial e juros, e definem a destinação dos recursos junto às instituições financeiras. As posições de todos os instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como os resultados obtidos em relação aos objetivos propostos, são apresentadas e avaliadas

mensalmente pela diretoria financeira e submetidas à apreciação do Conselho de Administração da Empresa.

a) Risco de Liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Empresa não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Empresa é monitorada diariamente pela área financeira da Empresa, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez.

b) Risco de Crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores de receitas auferidas junto aos seus clientes. Este risco é minimizado por um controle estrito da base de clientes e gerenciamento ativo da inadimplência por meio de políticas claras referentes ao faturamento.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Empresa e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

c) Risco de Mercado

Risco de Taxas de Juros e Inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada a TJLP e INPC e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

d) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Empresa é assegurar que se mantenha um *rating* de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar seus negócios e maximizar o valor aos sócios.

A Empresa controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a mesma pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos sócios, captação de novos empréstimos.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As aplicações possuem liquidez diária e apresentam risco baixo de perda de valor.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Caixa geral (i)	46.869.371	23.563.152
Conta corrente	402.285	6.377
Numerários em trânsito (ii)	14.013.616	10.763.459
Aplicações financeiras (iii)	73.433.479	35.033.144
	<u>134.718.751</u>	<u>69.366.132</u>

- (i) O caixa geral compreende as movimentações das operações de caixa das filiais.
- (ii) Representado na sua maioria por valores a serem encaminhados para depósitos e correspondentes bancários, que são operações de recebimento de boletos bancários da instituição financeira do Bradesco nos *checkout* nas lojas da rede.
- (iii) As aplicações financeiras estão registradas pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Referem-se, substancialmente, a recursos aplicados em CDB (Certificados de Depósito Bancário), com variação próxima ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), que podem ser resgatados imediatamente sem penalidade de juros com a própria instituição emissora.

5. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2017, os recebíveis estão assim apresentados:

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Contas a receber (i)	99.576.487	133.601.504
Cartões de créditos e <i>ticket's</i> (ii)	205.760.824	227.354.346
Provisões diversas	(37.643.586)	(83.466.290)
Total	<u>267.693.725</u>	<u>277.489.560</u>

(i) A seguir apresentamos os montantes a receber líquidos, por idade de vencimento (*aging list*):

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Títulos a vencer	40.371.307	35.306.039
Títulos vencidos de 31 a 90 dias	26.319.346	27.427.195
Títulos vencidos de 91 a 180 dias	4.617.927	7.707.397
Títulos vencidos a mais de 180 dias	28.267.907	63.160.873
Total	<u>99.576.487</u>	<u>133.601.504</u>

As provisões diversas estão representadas na sua maioria pelas provisões de cartão presente magnético e provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa de anos anteriores.

(ii) Representado na sua maioria por operações com os cartões de crédito das bandeiras Visa, American Express, Credicard Dinner, Senffnet e os *ticket's* Abrapetite, Sodexo Pass, Fratello e Redeshop.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

O grupo de contas a receber está representado por:

Ativo Circulante:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Adiantamento a empregados (i)	6.173.968	6.014.824
Adiantamento precatórios (ii)	726.233	427.631
Outros adiantamentos	1.511.259	1.511.258
Total	<u>8.411.460</u>	<u>7.953.713</u>

(i) Representado principalmente por adiantamentos de salários, férias e adiantamento para aquisição de produtos no Condor Super Center, como eletrodomésticos e eltro portáteis.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

(ii) Valor refere-se a aquisição de títulos precatórios efetuada nos exercício de 2006 e 2007, cujo montante possui parecer conclusivo nº 40/2014 emitido pelo Estado do Paraná em 16 de dezembro de 2014. O saldo será utilizado para pagamento de ICMS em períodos futuros.

Ativo Não Circulante:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Depósito judicial cível	1.965.704	506.417
Depósito judicial trabalhista	433.419	453.205
Depósito judicial ação ICMS	-	18.554
Depósito judicial INSS	176.050	176.050
Outros créditos	195.352	-
Total	<u>2.770.525</u>	<u>1.154.226</u>

7. ESTOQUES

O grupo de estoques está assim composto:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Estoque mercadoria para revenda	322.121.086	341.157.127
Estoque mercadorias enviadas	4.554.684	4.358.891
Total	<u>326.675.770</u>	<u>345.516.018</u>

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os impostos e contribuições a recuperar estão representados por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
INSS a compensar	1.229	1.229
ISS a compensar	-	21.988
Antecipação ICMS	853.338	748.933
Total	<u>854.567</u>	<u>772.150</u>

9. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2017, as partes relacionadas estão compostas por:

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

Ativo:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
API SPE 46 (i)	66.465.861	39.322.930
Cassola Administradora Ltda.	1.550.000	1.550.000
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	3.000.000	3.000.000
Condor Auto Posto - Pinheirinho	557.097	-
PJ Zonta Adm. de Bens e Part. Ltda.	15.869.522	22.354.675
Robson Fernandes	759.671	479.672
RZ Motorsport Competições Ltda.	749.255	749.255
Selection Locadora de Veículos Ltda. (ii)	21.383.802	20.626.867
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	1.270.447	2.301.005,00
Zonta Competições Ltda.	2.046.436	2.046.436
Empréstimos a Terceiros	723.350	100.000
Total	<u>114.375.441</u>	<u>92.530.840</u>

(i) As movimentações referem-se a empréstimos para o pagamento dos gastos com as obras das lojas de Castro, Araucária e Joinvile.

(ii) As movimentações referem-se a empréstimos para o pagamento dos gastos com as obras das lojas de Londrina, São Braz e Sitio Cercado.

Passivo:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Ricasan Indústria e Com. de Conf. Ltda.	160	160
Zonta Administradora de Cartões Ltda.	7.887.502	15.432.816
Contemporânea Dist. e Import. Ltda.	999.412	999.412
Comercial de Alimentos Zonta Ltda.	652.555	509.433
Pessoas ligadas (i)	9.884.587	31.632.903
Total	<u>19.424.216</u>	<u>48.574.724</u>

(i) Valor representado na sua maioria por juros sobre capital próprio a pagar aos sócios, qual foi calculado com base na TJLP.

As transações entre as empresa do grupo referem-se a transações de mútuo e compartilhamento de gastos, não havendo transações de compra e venda de produtos ou serviços entre as partes.

10. IMOBILIZADO

O imobilizado está assim representado:

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

a) Abertura

	Vida Útil (Anos)	Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	31.12.2017 Valor Líquido	31.12.2016 Valor Líquido
Máquinas e equipamentos	10 anos	36.336.754	(20.952.175)	15.384.579	15.688.600
Móveis e utensílios	10 anos	24.734.831	(9.669.015)	15.065.816	15.365.885
Veículos	5 anos	32.661	-	32.661	21.461
Instalações	10 anos	70.683.790	(42.793.596)	27.890.194	30.215.065
Computadores e periféricos	5 a 10 anos	10.868.748	(8.465.058)	2.403.690	2.795.025
Instalações comunicação audiovisual	5 a 10 anos	8.910.237	(5.093.431)	3.816.806	4.331.787
Centrais telefônicas	10 anos	18.055	(18.055)	-	(742.552)
Edificações em imóveis de terceiros	10 anos	427.863	(174.974)	252.889	269.965
Imobilizado em andamento		1.075.244	-	1.075.244	403.726
Total		<u>153.088.183</u>	<u>(87.166.304)</u>	<u>65.921.879</u>	<u>68.348.962</u>

b) Movimentação

	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2016
<u>Imobilizações em Uso</u>	<u>152.012.939</u>	<u>9.295.603</u>	<u>(733.247)</u>	<u>143.450.583</u>
Máquinas e equipamentos	36.336.754	2.357.387	(151.807)	34.131.174
Móveis e utensílios	24.734.831	2.473.824	(579.840)	22.840.847
Veículos	32.661	11.200	-	21.461
Instalações	70.683.790	3.055.254	-	67.628.536
Computadores e periféricos	10.868.748	1.377.680	(1.600)	9.492.668
Instalações comunicação audio-visual	8.910.237	20.258	-	8.889.979
Centrais telefônicas	18.055	-	-	18.055
Edificações em imóveis de terceiros	427.863	-	-	427.863
		-	-	
<u>Imobilizações em Andamento</u>	<u>1.075.244</u>	<u>9.364.062</u>	<u>(8.692.545)</u>	<u>403.727</u>
Adto fornec.imobilizado	158.778	1.004.266	(975.544)	130.056
Imobilizado (Cta. Transitória)	-	4.799.177	(4.823.165)	23.988
Obra Administração	-	-	(63.822)	63.822
Obra Pinheirinho	-	-	(20.598)	20.598
Obra Champagnat	-	-	(32.614)	32.614
Obra Cajuru	567.466	2.851.666	(2.360.374)	76.174
Obra Deposito Central Novo li	-	354.466	(410.825)	56.359
Obra Santa Quitéria	239.070	239.070	-	-
Obra Joinville	6.209	11.696	(5.603)	116
Obra São Braz	101.373	101.373	-	-
Obra Francisco Derosso	2.200	2.200	-	-
Obra Mafra	148	148	-	-
<u>Depreciação</u>	<u>(87.166.304)</u>	<u>(11.660.956)</u>	<u>-</u>	<u>(75.505.348)</u>
Máquinas e equipamentos	(20.952.183)	(2.509.609)	-	(18.442.573)
Móveis e utensílios	(9.669.025)	(2.194.062)	-	(7.474.963)
Veículos	(38.926.766)	(5.252.103)	-	(33.674.663)
Instalações	(3.866.839)	(60.826)	-	(3.806.013)
Computadores e periféricos	(8.465.061)	(851.489)	-	(7.613.573)
Instalações comunicação audio-visual	(5.093.399)	(775.751)	-	(4.317.647)
Centrais telefônicas	(18.055)	-	-	(18.055)
Edificações em imóveis de terceiros	(174.975)	(17.115)	-	(157.860)
	<u>65.921.879</u>	<u>6.998.709</u>	<u>(9.425.792)</u>	<u>68.348.962</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

A Empresa não estabeleceu procedimentos para avaliação do valor realizável do seu Ativo Imobilizado, em cumprimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

11. INTANGÍVEL

O imobilizado está assim representado:

a) Abertura do intangível

				31.12.2017	31.12.2016
	Vida Útil (Anos)	Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Direito de uso software	10	2.978.059	(2.977.612)	447	84.328
Marcas e patentes		157.229	-	157.229	150.554
Direito de uso telefônico		61.964	-	61.964	61.964
Fundo de comércio		161.202	-	161.202	161.202
Total		<u>3.358.454</u>	<u>(2.977.612)</u>	<u>380.842</u>	<u>458.048</u>

b) Movimentação

	31.12.2017	Adições	Baixas	31.12.2016
<u>Custo</u>				
Direito de uso software	2.978.059	-	-	2.978.059
Marcas e patentes	157.230	6.676	-	150.554
Direito de uso telefônico	61.964	-	-	61.964
Fundo de comércio	161.202	-	-	161.202
<u>Amortização</u>				
Direito de uso software	(2.977.613)	(83.882)	-	(2.893.731)
Total	<u>380.842</u>	<u>(77.206)</u>	<u>-</u>	<u>458.048</u>

A Empresa não estabeleceu procedimentos para avaliação do valor realizável do seu Ativo Intangível, em cumprimento ao CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

12. FORNECEDORES

Os valores de fornecedores estão representados pelos valores de face da nota fiscal, sem a incidência de qualquer acréscimo.

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Fornecedores (i)	390.591.090	359.317.219
Outras contas a pagar	-	316.427
Total	<u>390.591.090</u>	<u>359.633.646</u>

(i) Representado na sua maioria pelas operações realizadas com a Unilever Brasil Ltda., Perdigão S.A., Kraft Foods Brasil S.A., Ambev S.A., cujo prazo médio de pagamento é de 25 dias.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2017, o grupo de empréstimos está assim representado:

Instituição	Vencimento	Taxa a/a	Tipo	31.12.2017	31.12.2016
BRDE - BNDES	14.04.2018	5,50%	FINAME Automático PSI	489.596	2.836.264
BRDE - BNDES	15.01.2020	2,50%	BNDES FINAME PSI	1.643.183	2.696.040
BRDE - BNDES	15.01.2019	3,00%	BNDES FINAME PSI	1.787.102	3.963.335
Banco Bradesco	31.12.2017	143,12%	Saldo negativo conta corrente	1.076.908	-
Banco Bradesco	30.06.2016	101,7% CDI Pós	Contrato de Câmbio ROF USD	-	33.200.479
Banco Bradesco	30.06.2016	103,5% CDI Pós	Contrato de Câmbio ROF USD	-	6.559.053
Banco Safra	09.11.2019	105,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	25.634.808	23.168.226
Banco Safra	09.11.2019	105,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	25.634.808	23.168.226
Banco Safra	15.11.2018	105,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	25.634.808	23.168.226
Banco Safra	05.11.2020	105,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	89.721.828	81.088.793
Banco Safra	06.03.2020	106,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	10.798.798	-
Banco Safra	01.03.2021	106,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	10.798.798	-
Banco Safra	24.02.2022	106,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	64.792.788	-
Banco Safra	12.03.2019	106,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	10.798.798	-
Banco Safra	17.03.2018	106,5% CDI Pós	Cert. Recebíveis Agropecuários	10.798.798	-
Total Endividamento com Instituições Financeiras				<u>279.611.021</u>	<u>199.848.642</u>
Saldos circulante (a)				72.358.056	113.843.932
Saldos não circulante (b)				181.618.157	86.004.710

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

Passivo circulante:

Instituições Financeiras	31.12.2017	31.12.2016
BRDE - BNDES I	489.596	1.447.665
BRDE - BNDES II	787.862	787.959
BRDE - BNDES III	1.649.633	1.664.847
Banco Bradesco	-	33.200.479
Banco Bradesco	-	6.559.053
Banco Safra	69.430.965	70.183.929
Total Circulante	<u>72.358.056</u>	<u>113.843.932</u>

Passivo não circulante:

Instituições Financeiras	31.12.2017	31.12.2016
BRDE - BNDES I	-	1.388.599
BRDE - BNDES II	855.321	1.908.081
BRDE - BNDES III	137.469	2.298.488
Banco Safra	180.625.367	80.409.542
Total Circulante	<u>181.618.157</u>	<u>86.004.710</u>

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E SOCIAIS

As obrigações trabalhistas estão representadas por:

	31.12.2017	31.12.2016
Salários a pagar	8.059.644	8.071.164
Encargos sociais a pagar	7.822.215	7.492.995
IRRF sobre salários	172.433	133.287
Provisões de férias e 13º salário	16.142.379	14.531.187
Encargos sociais sobre provisões	5.836.218	5.391.344
Outras contas	275.295	231.851
Total	<u>38.308.184</u>	<u>35.851.828</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

As obrigações fiscais estão assim representadas:

Passivo circulante:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
PIS a recolher	627.384	503.587
COFINS a recolher	2.902.197	2.332.875
ICMS a recolher	21.750.610	21.566.783
IOF a recolher	6.728.194	5.173.285
Auto de infração a pagar (i)	59.533.795	41.800.878
IRPJ a recolher	4.127.342	7.020.746
CSLL a recolher	1.982.296	3.193.010
Outros tributos a recolher	1.525.440	1.224.331
Total	<u><u>99.177.258</u></u>	<u><u>82.815.495</u></u>

(i) Valor relativo a atuação do fisco Federal correspondente a PERD/COMP indeferidas de saldos negativos de IRPJ e CSLL do processo de incorporação da GBE Ltda. no ano de 2005 e utilização indevidas PIS e COFINS ocorridas em 1999 e 2000.

Passivo não circulante:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Parcelamenro ICMS a pagar (i)	7.339.538	7.498.743
Parcelamento Ministério Público (ii)	1.736.000	2.450.000
INSS a recolher suspenso (iii)	5.060.571	3.406.524
Total	<u><u>14.136.109</u></u>	<u><u>13.355.267</u></u>

(i) Valor refere-se ao Programa de Parcelamento Incentivado – PPI, estabelecido pela Lei 18.468/2015, deferido em 05 de março de 2015, num total de 120 parcelas

(ii) Valor relativo a atuação do Ministério Público do Trabalho devido à reincidência em irregularidades no ambiente de trabalho, as quais já haviam sido atuados em outras fiscalizações. O valor da penalidade descrita no auto de infração deverá SER destinado a instituições sem fins lucrativos já determinadas pela Justiça do Trabalho.

(iii) Montante relativo à contribuição previdenciária sobre 1/3 de férias e auxílio doença, os quais estão sendo questionados judicialmente.

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

16. CAPITAL SOCIAL

O Capital social em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 10.000.000, divididos em 10.000.000 quotas no valor de R\$1 (um real) cada, e estão assim distribuídas :

Sócios	Quantidade de Quotas	Percentual de Participação	Valor
Pedro Joanir Zonta	5.002.000	50,02%	5.002.000
Luiz Ricardo Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
Sandra Mara Gabardo Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
Andréia Zonta	1.666.000	16,66%	1.666.000
	<u>10.000.000</u>	<u>100,00%</u>	<u>10.000.000</u>

17. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 31 de dezembro de 2017, a receita operacional bruta está composta por:

	31.12.2017	31.12.2016
Venda à vista	3.843.329.654	3.680.924.086
Venda à prazo	44.101.610	38.203.064
Serviços de recarga de celular	760.269	828.161
Serviços de venda de vale gás	249.289	252.177
Serviços vendas com garantia estendida	1.281.208	1.027.972
Serviços Facilita	5.703	9.728
Serviço de comissão de chip de celular	23.477	6.779
Comissão Totem	290	746
Outros serviços	264.595	-
Receita Operacional Bruta	<u>3.890.016.095</u>	<u>3.721.252.713</u>
Vendas canceladas e devoluções	(18.055.238)	(20.083.287)
PIS sobre vendas	(32.200.183)	(30.687.744)
COFINS sobre vendas	(148.469.514)	(141.524.808)
ICMS sobre vendas	(98.517.409)	(86.241.716)
ISS sobre prestação de serviços	(68.677)	(48.838)
Deduções da Receita Bruta	<u>(297.311.021)</u>	<u>(278.586.393)</u>
Receita Operacional Líquida	<u>3.592.705.074</u>	<u>3.442.666.320</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

18. CUSTO PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos está assim representado:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Custo das mercadorias	2.691.333.686	2.563.863.857
Custo com fretes	3.223.233	2.707.027
Outros custos	53.532.169	47.502.755
Total	<u>2.748.089.088</u>	<u>2.614.073.639</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas gerais e administrativas estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Gastos com pessoal	326.103.608	318.835.034
Aluguéis	125.634.636	118.214.477
Despesas com energia elétrica e serviços	51.542.492	47.657.513
Impostos e taxas	39.909.246	11.404.724
Manutenção	32.622.944	30.580.492
Depreciações e amortizações	10.838.014	10.283.078
Gastos com veículos e deslocamentos	11.133.803	10.321.769
Despesas com assessorias e consultoria	5.555.867	3.856.661
Prestações serviços de terceiros	1.695.012	2.034.583
Despesas com seguros	8.122.466	6.600.936
Outras despesas gerais e administrativas	17.158.274	17.950.388
Indenizações diversas	1.585.187	2.289.010
Total	<u>631.901.549</u>	<u>580.028.665</u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

20. DESPESAS COM VENDAS

As despesas com vendas estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Propaganda audio-visual	37.672.791	31.824.647
Propaganda impressa	28.129.364	24.548.732
Campanhas	798.758	843.326
Patrocínios	755.435	930.049
Deduções patrocínios	(31.794.117)	(37.923.110)
Total	<u><u>35.562.231</u></u>	<u><u>20.223.644</u></u>

21. OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS)

As outras receitas e (despesas) estão representadas por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Recuperação de receitas	315.000	2.055.151
Outras receitas	4.992.719	6.239.138
Receitas com outras vendas	36.663.505	29.726.693
Total	<u><u>41.971.224</u></u>	<u><u>38.020.983</u></u>

22. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido está representado por:

	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2016</u>
Receitas financeiras	15.273.430	17.349.319
Rendimento aplicações financeiras e fundos	9.435.854	12.108.815
Juros recebidos	1.124.631	1.147.107
Descontos obtidos	4.628.396	3.997.346
Outras receitas	84.549	96.051
Despesas financeiras	<u>(86.918.171)</u>	<u>(79.154.348)</u>
Descontos concedidos	(1.967.038)	(2.020.775)
Juros pagos	(79.250.212)	(72.682.206)
Despesas bancárias	(1.994.541)	(3.325.013)
Outras despesas	(3.706.380)	(1.126.354)
Resultado líquido financeiro	<u><u>(71.644.741)</u></u>	<u><u>(61.805.029)</u></u>

CONDOR SUPER CENTER LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

(Em Reais)

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	31.12.2017	31.12.2016
Lucro Antes do IRPJ e CSLL	147.520.340	205.083.752
(+) Adições	4.105.790	2.560.145
Despesas indedutíveis	2.358.700	750.143
Doações projetos culturais	869.100	1.030.000
Doações incentivo ao esporte	877.987	260.000
Doações ao Fundo do Direito da Criança	-	260.000
Doações ao FMDPI	-	260.000
(-) Exclusões	-	-
(=) Resultado Líquido	151.626.130	207.643.897
(-) Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-
(=) Base de Cálculo do IRPJ e CSLL	151.626.130	207.643.897
(%) IRPJ Alíquota 15%	22.743.919	31.146.585
(%) IRPJ Adicional 10%	15.138.613	20.740.390
(-) PAT	(342)	(516.867)
(-) Incentivos fiscais projetos culturais	(869.100)	(1.030.000)
(-) Incentivos fiscal esporte	(877.987)	(260.000)
(-) Incentivo fiscal criança e juventude	-	(260.000)
(-) Incentivo fiscal FMDPI	-	(260.000)
(=) IRPJ a Recolher	36.135.103	49.560.109
(%) CSLL adicional 9%	13.646.352	4.460.410
(=) CSLL a Recolher	13.646.352	18.687.951
(=) Total de despesas com IRPJ e CSLL	49.781.455	68.248.060

24. COBERTURA DE SEGUROS

Face à natureza de suas atividades, a Empresa adota política de contratação de seguros com base no valor máximo passível de sinistro em um mesmo evento, sendo em 31 de dezembro de 2017 os ativos da Empresa apresentavam segurados contra sinistros no montante de R\$ 391.900.000 e R\$ 452.673 para coberturas das instalações e frotas de veículos respectivamente.

25. REMUNERAÇÃO DOS SÓCIOS

Os sócios são remunerados or meio do pagamento de juros sobre capital próprio, calculados com base na variação da TJLP, que totalizou o montante de R\$ 9.429.466 e a distribuição de dividendos de acordo com a participação societária de cada sócio.

* * *